



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

Carta-Contrato n. 2010/176.0
Ref.: Processo n. 100.177/10

Brasília, 31 de agosto de 2010.

À
STARTEC CIENTÍFICA LTDA.
CNPJ n. 03.605.417/0001-76

Comunicamos haver sido autorizada a contratação dessa empresa, daqui por diante denominada CONTRATADA, para a prestação de serviços de manutenção preventiva e calibração de equipamentos de avaliação acústica da fonoaudiologia, sem fornecimento de peças, para a Câmara dos Deputados, daqui por diante denominada CONTRATANTE, em Brasília/DF, em conformidade com as condições e especificações constantes do Convite n. 13/10 da proposta dessa empresa, datada de 4/8/10, e do processo em epígrafe.

Em consequência, fica a avença formalizada pela presente Carta-Contrato, em conformidade com o disposto na Lei n. 8.666, de 21/6/93, e alterações posteriores, doravante denominada simplesmente LEI, no Regulamento dos Procedimentos Licitatórios da Câmara dos Deputados, aprovado pelo Ato da Mesa n. 80, de 7/6/01, publicado no D.O.U. de 5/7/01, daqui por diante denominado simplesmente REGULAMENTO, e com as condições previstas no Convite n. 13/10 e em seus Anexos, observadas as condições a seguir:

- 1. OBJETO:** Prestação de serviços de manutenção preventiva e calibração de equipamentos de avaliação acústica da fonoaudiologia, sem fornecimento de peças, para a CONTRATANTE, pelo período de 12 (doze) meses de acordo com as especificações, exigências e demais condições definidas no Convite n. 13/10 e seus Anexos, e ainda conforme a proposta apresentada pela CONTRATADA, datada de 4/8/10.
- 2. LICITAÇÃO:** Convite n. 13/10 e Anexos.
- 3. DA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS:** A execução dos serviços objeto desta contratação deverá obedecer rigorosamente às condições descritas no Convite n. 13/10, e seus Anexos.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

3.1. Os serviços a serem executados são aqueles previstos no Anexo n. 2 ao Convite n. 13/10, nos equipamentos listados no Anexo n. 3 ao mesmo Convite.

3.2. Os serviços objeto desta Carta-Contrato serão sempre executados nas dependências da CONTRATANTE, em regime de visitas programadas, efetuadas periodicamente, mediante agendamento com o órgão fiscalizador, independentemente de chamado da CONTRATANTE.

3.3. Os serviços objeto desta Carta-Contrato serão sempre prestados dentro do horário de expediente normal da CONTRATANTE, das 9h às 18h.

3.4. Todas as despesas com viagens, estadia e permanência de pessoal da CONTRATADA, durante a vigência desta Carta-Contrato, correrão por conta exclusiva da CONTRATADA, não cabendo à CONTRATANTE nenhuma despesa adicional.

3.5. Sempre que for realizado qualquer serviço de manutenção, deverão ser esclarecidas as dúvidas existentes sobre os procedimentos operacionais dos equipamentos.

3.6. Na execução dos serviços objeto desta Carta-Contrato, somente deverão ser utilizados instrumental, ferramentas, acessórios e peças recomendadas pelo(s) fabricante(s).

3.7. A CONTRATADA responderá integralmente pelos danos causados à CONTRATANTE, nos casos de descumprimento do disposto no subitem anterior.

3.8. Os serviços objeto desta Carta-Contrato deverão ser prestados sempre por técnicos especializados da CONTRATADA, devidamente identificados.

4. DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE: A CONTRATANTE se responsabilizará pela manutenção das corretas condições de temperatura, umidade, alimentação elétrica e hidráulica, previstas nos manuais do(s) fabricante(s), de forma a garantir o perfeito funcionamento dos equipamentos elencados no Anexo n. 3 ao Convite n. 13/10, durante o período contratual.

4.1. A CONTRATANTE utilizará exclusivamente os reagentes e materiais de consumo que atendam às especificações do(s) fabricante(s) do equipamento, de acordo com as recomendações da CONTRATADA.

4.2 É de responsabilidade da CONTRATANTE o fornecimento de todos componentes e peças necessários à execução dos serviços de manutenção objeto desta Carta-Contrato.

4.3 Todos os componentes ou peças substitutos deverão ser novos e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

originais, livres de defeitos ou vícios, além de corresponder perfeitamente às especificações do fabricante.

5. RELATÓRIOS DA MANUTENÇÃO: Ao término dos serviços, a CONTRATADA deverá entregar, na liberação do equipamento, ficha de manutenção onde deverão constar todas as irregularidades observadas nas condições de temperatura, umidade, alimentação elétrica e hidráulica nas instalações do equipamentos, bem como todas as recomendações, eventualmente feitas pela CONTRATADA, para a operação do equipamentos, observadas, ainda, as condições previstas no item 3 do Anexo n. 1 ao Convite n. 13/10.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA: Constituem obrigações da CONTRATADA as previstas neste instrumento.

6.1. A CONTRATADA deverá estar apta a dar início a prestação dos serviços da presente contratação, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a partir da data de assinatura deste instrumento.

6.2. Todas as obrigações trabalhistas, inclusive aquelas relativas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e à Previdência Social, são de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, como única empregadora da mão-de-obra utilizada para os fins estabelecidos na presente Carta-Contrato.

6.3. A CONTRATADA responderá integral e exclusivamente por eventuais reclamações trabalhistas de seu pessoal, mesmo na hipótese de ser a UNIÃO (Câmara dos Deputados) acionada diretamente como co-Reclamada.

6.4. A CONTRATADA fica obrigada a manter, durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no momento da licitação.

6.5. A CONTRATADA fica obrigada a apresentar, sempre que expire o prazo de validade, a Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros (CND), o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

6.6. A não apresentação das certidões e do certificado, na forma mencionada no subitem anterior, implicará o descumprimento de cláusula contratual, podendo, inclusive, ensejar a rescisão desta Carta-Contrato, nos



CÂMARA DOS DEPUTADOS

termos do disposto no artigo 78 da LEI, correspondente ao artigo 126 do REGULAMENTO.

6.7. Caberá à CONTRATADA o fornecimento de todos os produtos químicos utilizados na execução dos serviços de manutenção objeto desta Carta-Contrato, como produtos de limpeza e lubrificantes, sem quaisquer ônus adicionais para a CONTRATANTE.

6.8. A CONTRATADA se obriga a apresentar orçamento em separado, referente ao fornecimento de componentes ou peças eventualmente necessários à execução dos serviços de manutenção objeto desta Carta-Contrato.

6.9. Em caso de substituição de componentes ou peças mencionados no subitem anterior, caberá à CONTRATADA o fornecimento da mão-de-obra necessária à execução do serviço, independente de ter fornecido os componentes ou peças substitutos.

7. VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$13.200,00 (treze mil e duzentos reais).

7.1. O valor da presente Carta-Contrato poderá ser aumentado ou diminuído em até 25% (vinte e cinco) por cento, em razão de inclusão ou exclusão de componentes do objeto, sem modificação de preços e demais condições da proposta da CONTRATADA, em conformidade com o parágrafo 1º do artigo 65 da LEI, correspondente ao parágrafo 1º do artigo 113 do REGULAMENTO.

7.2. As supressões além do limite referido no subitem anterior são facultadas por acordo entre as partes, em conformidade com o inciso II do parágrafo 2º do artigo 65 da LEI, correspondente ao parágrafo 2º do artigo 113 do REGULAMENTO.

8. DO PAGAMENTO: O pagamento dos serviços prestados pela CONTRATADA e aceitos definitivamente pela CONTRATANTE será efetuado mensalmente, por meio de depósito em conta-corrente da CONTRATADA, em agência bancária indicada, mediante a apresentação, em duas vias, de nota fiscal/fatura discriminada. A agência bancária e o número da conta deverão ser mencionados na nota fiscal/fatura.

8.1. As duas vias da nota fiscal/fatura deverão vir acompanhadas da Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros (CND) e do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), ambos dentro dos prazos de validade neles expressos.

8.2. Os pagamentos serão efetuados com prazo não superior a 30 (trinta)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

dias, contados da comprovação da regularidade da documentação fiscal apresentada ou do aceite definitivo dos serviços objeto desta contratação, prevalecendo a data que ocorrer por último.

8.3. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela CONTRATANTE, entre a data referida no subitem anterior e a correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos na fatura do mês seguinte ao da ocorrência, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{i}{365} \quad I = \frac{6/100}{365} \quad I = 0,00016438$$

em que i = taxa percentual anual no valor de 6%.

8.4. Quando aplicável, o pagamento efetuado pela CONTRATANTE estará sujeito às retenções de que trata o artigo 31 da Lei n. 8.212, de 1991, com a redação dada pelas Leis n. 9.711, de 1998, e n. 11.933, de 2010, além das previstas no artigo 64 da Lei n. 9.430, de 1996, e demais dispositivos legais que obriguem a retenção de tributos.

8.5. Estando a CONTRATADA isenta das retenções referidas no subitem anterior, deverá a comprovação ser anexada à respectiva fatura.

9. DA REPACTUAÇÃO: Visando à adequação aos novos preços de mercado, e desde que observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, a contar da data da proposta, ou da data do orçamento a que a proposta se referir, ou a data da última repactuação, os preços poderão ser repactuados, cabendo à CONTRATADA, no escopo de sua solicitação, justificar e comprovar a variação dos componentes dos custos do Contrato, apresentando, inclusive, Memória de Cálculo e Planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS: Pelo não cumprimento de suas obrigações contratuais, execução insatisfatória dos serviços, atraso na execução, omissão ou outras faltas mencionadas no item 10 e no Anexo n. 4 ao Convite n. 13/10, sem justificativa ou com justificativa não aceita pela CONTRATANTE, serão aplicadas à CONTRATADA as multas e demais penalidades previstas nos respectivos dispositivos, observadas as condições neles indicadas.

11. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

- Programa de Trabalho:
01.031.0553.4061.0001 – Processo Legislativo
- Natureza da Despesa:
3.0.00.00 – Despesas Correntes
3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes
3.3.90.00 – Aplicações Diretas
3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros (Pessoa Jurídica)

12. NOTA DE EMPENHO: 2010NE002569

13. VIGÊNCIA CONTRATUAL: De 31/08/10 a 30/08/11, podendo ser prorrogada com amparo no artigo 57, inciso II, da LEI, c/c o artigo 105, inciso II, do REGULAMENTO, a critério da CONTRATANTE.

14. RESCISÃO: Esta Carta-Contrato poderá ser rescindida nos termos dos artigos 77 a 80 da LEI, correspondentes aos artigos 125 a 128 do REGULAMENTO.

15. ÓRGÃO FISCALIZADOR: Departamento Médico, localizado no Edifício Anexo III da CONTRATANTE, que indicará o servidor responsável pelos atos de acompanhamento e fiscalização da presente Carta-Contrato.

16. FORO: Justiça Federal, Brasília-DF.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Assim, encaminhamos a presente Carta-Contrato que, assinada pelas partes, em 3 (três) vias, com 7 (sete) folhas cada, formalizará o acordo celebrado, conferindo-lhe força contratual no período de vigência acima referido, com observância das condições contidas no Convite n. 13/10, neste instrumento, no processo em referência e na PROPOSTA.

Brasília, 31 de agosto de 2010.

Pela CONTRATANTE:

Eugênio de Borba Amaro
Diretor do DEMAP
CPF n. 287.092.171-94

Pela CONTRATADA:

José Vitor Dias Neto
Sócio-Gerente
CPF n. 229.052.191-49

Sebastião Carlos Sobrinho
Sócio-Gerente
CPF 150.971.881-87

Testemunhas: 1) _____

2) _____